

Expurgo do INPC deverá ser menor

por Cláudia Safatle
de Brasília

O presidente Figueiredo deverá receber, hoje pela manhã, o pacote de medidas relativo ao expurgo dos aumentos de preços decorrentes de redução dos subsídios dos índices oficiais da economia e, ainda, as decisões sobre a política salarial dos funcionários das empresas estatais. Já nas próximas horas será divulgada a variação da ORTN para julho, contendo o expurgo.

Ontem, reunidos com os líderes e vice-líderes do PDS e do PTB na Câmara e no Senado, o ministro do Planejamento, Delfim Net-

to, procurou dar os contornos definitivos ao pacote. Alguns pontos estão delineados: o expurgo será diferenciado, menor para o INPC, índice que reajusta os salários, e maior para o Índice Geral de Preços (IGP), correção monetária e correção cambial. O expurgo do INPC deverá ser feito em mais ou menos 60 dias, o que parece ser uma questão meramente institucional, já que, apurado o índice, ele passa a incidir sobre o dissídio de dois meses depois. Também a diferenciação do percentual a ser extraído pode ser explicada: os derivados de petróleo e trigo têm menor ponderação no INPC que

no IPA (Índice de Preços por Atacado, responsável por peso 6 na inflação).

O deputado Nelson Mar- chezan, líder do PDS, expli- cou que o expurgo do INPC será efetuado em duas etapas. Já o senador do parti- do governista, Carlos Chiarelli, foi mais adiante, falando que Delfim Netto pretende cortar o INPC cada vez que houver aumentos "accidentais" de um dos 230 produtos que o com- põem, e que o expurgo po- deria ser da ordem de 6%.

INTERPRETAÇÃO

Outras tentativas de in- terpretação da fala do mi- nistro, durante a reunião que durou mais de duas ho-

ras, foram feitas pelos se- nadores Virgílio Távora e Carlos Alberto de Souza. O primeiro disse que a dife- renciação poderia ser feita, numa hipótese, da seguinte forma: redução de 4 a 5% no Índice Geral de Preços, de 2 a 3% no INPC e uma média entre os dois seria aplicada nas correções mo- netária e cambial.

Carlos Alberto de Souza, que teve um novo encontro com o ministro Delfim Netto, revelou que a fórmula seria a aplicação de um re- dutor de 0,7% no INPC e 0,8% no IGP. Informou também que a definição do quadro deve ser dada pelo ministro no seu pronuncia- mento de hoje à tarde na

Câmara dos Deputados. Is- so ele pôde inferir da con- versa com o ministro, após este ter estado com o chefe da Casa Civil, Leitão de Abreu.

"Amanhã (hoje), o minis- tro poderá externar o pro- jeto, já esboçado. Ele está apenas aguardando a apro- vação do presidente Fi- queiredo para encaminhar os projetos ao Congresso Nacional. As medidas", acrescentou o senador, "serão adotadas mediante portarias administrativas e projetos de lei."

Expurgo e livre negocia- ção salarial foram os dois assuntos que tomaram a maior parte do tempo da reunião de Delfim Netto

com os parlamentares. O outro tema — corte nos gastos de custeio das em- presas estatais — ficou praticamente definido: tu- do o que for "liberalidade" da empresa, seja abono as- siduidade, abono funeral ou abono de casamento, sejam participações nos lu- cros das empresas, deixará de existir. Permanecerá somente o que for con- siderado direito adquirido um e apenas para os funcio- nários em exercício. Os novos contratados receberão pu- ramente aquilo que for sa- lário. Segundo relato do se- nador Gabriel Hermes, o governo fixará 14 salários para todas as empresas.

Para reajustar salários, as empresas terão de enca-

mentares, exceto Carlos Chiarelli, que se manifes- tou contra. Essa medida, segundo Carlos Alberto de Souza, seria boa seacom- panhada de mudanças na lei de greve.

Os parlamentares consi- deraram os resultados da reunião como um bom ga- nho político. "Não fossem os freios políticos, as medi- das seriam mais ajustadas às necessidades econômicas que à realidade social", ponderou o senador Virgílio Távora, acrescen- tando que houve "concor- dância" entre os represen- tantes do PDS e PTB e o ministro do Planejamento em torno do "expurgo" dos índices.

O deputado Nelson Mar- chezan alegou que, graças ao acordo entre o PTB e o PDS, "conseguimos que to- da a sociedade pague uma parte da crise".

O elemento que permeia o raciocínio dos parlamen- tares é que, expurgando primeiramente a correção mo- netária, logo em seguida a correção cambial e, por úl- timo, o INPC, os preços dos alugueis e da casa própria seriam rebaixados e, quan- do fossem expurgados os salários, haveria uma cer- ta compensação.

minhar suas propostas com 60 dias de antecedência ao Conselho de Desenvolvi- mento Econômico (CDE), que fará uma radiografia e enviar ao Conselho Nacio- nal de Política Salarial a intenção da empresa esta- tal. Além disso, os funcio- nários inativos (aposenta- dos) atualmente na ativa terão de deixar seus cargos até 1985.

Com essas medidas, se- gundo Carlos Chiarelli, ha- verá uma economia de 3 a 5% nos gastos de custeio das empresas públicas nes- te segundo semestre e o mesmo percentual no pri- meiro semestre do ano que vem.

EMENDA

O ministro Delfim Netto defendeu ardorosamente a emenda do senador Jutahy Magalhães, que prevê a op-ção pela livre negociação salarial em troca da estabi- lidade no emprego. Nesse aspecto, houve um certo consenso entre os parla-